

Onde o Brasil é competitivo

No que depende da iniciativa privada, o Brasil é eficiente e ocupa um lugar confortável na classificação dos países mais competitivos promovida anualmente pelo Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês). No que depende do setor público, porém, o Brasil vai mal e se classifica entre os 40 piores países, numa lista de 142. Em alguns itens é o pior de todos.

O estudo da WEF baseia-se em 12 conjuntos de fatores, como as instituições, a disponibilidade e a qualidade da infraestrutura, o ambiente macroeconômico, os serviços de saúde e de educação, a eficiência do mercado, as condições do mercado de trabalho, o mercado financeiro, a capacidade tecnológica e a capacidade de inovação. No Brasil, seu trabalho conta com a colaboração do Movimento Brasil Competitivo e da Fundação Dom Cabral.

O Brasil está entre os 40 ou 50 melhores países do mundo no que se refere a padrões das demonstrações financeiras das empresas e de proteção aos investidores, disponibilidade e qualidade dos serviços financeiros, disponibilidade de fornecedores locais, gastos das empresas com pesquisa e desenvolvimento e capacidade de inovação. Quanto ao tamanho do mercado interno, o Brasil ocupa o 10.º lugar. São esses alguns itens que impulsionam o País para melhores posições na classificação mundial de competitividade.

Mas o Brasil vai muito mal

em outros pontos, especialmente os referentes ao governo. Ocupa a 104.ª posição na qualidade da infraestrutura (no item transporte aéreo, está no 122.º lugar), a 115.ª na qualidade do sistema educacional, a 127.ª na qualidade do ensino de matemática e de ciências, a 138.ª na quantidade de dias necessários para se abrir uma empresa, a 128.ª nas exigências para admitir e demitir trabalhador e a 136.ª no desperdício do dinheiro público. O Brasil é o pior país de todos os analisados pelo WEF no que se refere ao custo da regulação governamental e ao peso e abrangência dos impostos.

Melhora a posição do Brasil no índice de competitividade do Fórum Econômico

São características da economia e das instituições brasileiras que preocupam os dirigentes de empresas ouvidos pelo WEF e deveriam preocupar mais os políticos e as autoridades do País.

Apesar do ônus que o governo impõe à atividade econômica, o País vem evoluindo. Classificado na 53.ª posição no Índice de Competitividade Global divulgado pelo WEF na terça-feira, o País melhorou cinco posições em relação ao índice do ano passado. Nos últimos seis anos, subiu 13 posições.

O diretor e economista do Centro para a Competitividade Global do WEF, Beñat Bilbao-Osorio, observou que o Brasil vem melhorando a cada ano. Mesmo em itens em que está

mal classificado, e que representam um obstáculo para seu desenvolvimento, o País tem apresentado alguma evolução.

Como consequência da crise dos países desenvolvidos – que mudou o polo de crescimento mundial, hoje mais dependente do desempenho dos países em desenvolvimento –, estreitou-se a diferença de competitividade entre os países ricos e os pobres. Os EUA, por exemplo, vêm perdendo posições desde o início da crise global, há três anos. Hoje ocupam a quinta posição. Além do fraco desempenho da economia americana, também o ambiente político do país, marcado pela baixa confiabilidade dos políticos e pela ineficiência do governo, passou a preocupar os dirigentes empresariais de todo o mundo

Em movimento contrário ao dos EUA, os países latino-americanos se destacaram na nova classificação do WEF. Como o Brasil, a Bolívia avançou cinco posições (está na 103.ª). O México pulou oito (para a 58.ª); o Peru, seis (para a 67.ª); e o Equador, quatro (para a 101.ª).

“A resistência (dos países latino-americanos) à crise e a perspectiva de crescimento econômico vieram acompanhadas de aumento de competitividade”, observou o diretor do WEF. Mesmo assim, a classificação média desses países ainda é ruim e, para avançar, eles precisam fazer reformas. Na maioria deles, as instituições são frágeis, há insegurança, a infraestrutura é precária e é baixa sua capacidade de inovação. “São mudanças difíceis, mas terão de ser feitas”, concluiu Bilbao-Osorio.